



CÂMARA DOS DEPUTADOS



REQUERIMENTO Nº DE 2023
(Do sr. Airton Faleiro e da sra. Érika Kokay)

Requer a realização de Audiência Pública, na Comissão de Trabalho, com o objetivo de debater as demissões na Eletrobras e seus impactos na segurança do trabalho e nas instalações de geração e transmissão de energia elétrica no Brasil

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no Regimento Interno, que seja realizada Audiência Pública, na Comissão de Trabalho - CTRAB, com o objetivo de as demissões na Eletrobras e seus impactos na segurança do trabalho e nas instalações de geração e transmissão de energia elétrica no Brasil.

Indicamos a oitiva dos seguintes convidados:

- Felipe Vasconcellos (advogado, professor e consultor em litígio estratégico internacional)
- Gustavo Teixeira (economista, mestre em Economia do Desenvolvimento)
- Representante da Federação e Confederação Nacional dos Urbanitários - FNU/CNU
- Representante do Coletivo Nacional dos Eletricitários - CNE
- Representante da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL

Apresentação: 02/05/2023 09:39:24.770 - CTRAB

REQ n.24/2023

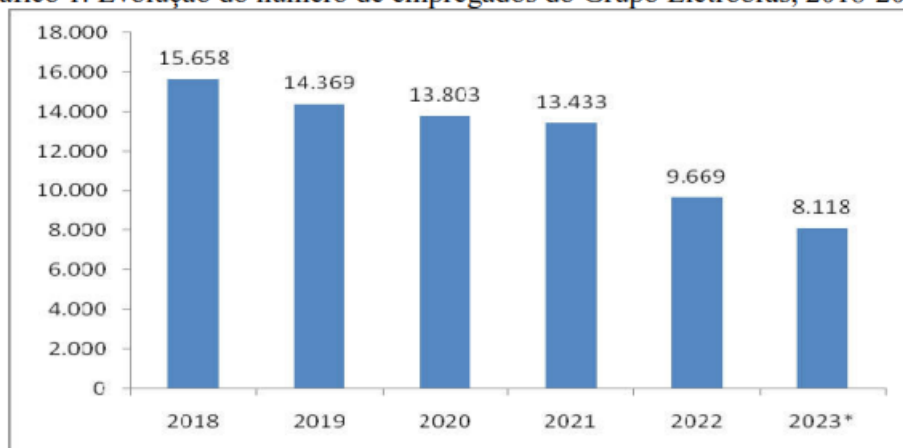




JUSTIFICAÇÃO

As empresas do Sistema Eletrobras vêm apresentando uma redução sistemática do seu quadro de empregados após o processo de capitalização. O fechamento de postos de trabalho é resultado da adoção de vários programas de desligamento, eixo central da estratégia de reestruturação da empresa. Entre 2018 e 2022 a Eletrobras registrou uma queda de quase 40% em seu quadro de empregados (Gráfico 1). A maior parte destes desligamentos tem ocorrido na área operacional (Gráfico 2). De acordo com o Relatório de Administração de 2022, estão programados mais 1.551 desligamentos para 2023.

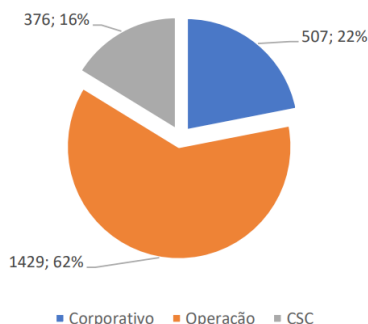
Gráfico 1. Evolução do número de empregados do Grupo Eletrobras, 2018-2023*



Fonte: Eletrobras – Relatórios de Administração.

Nota (*): Estimativa com base em informações do Relatório de Administração de 2022.

Gráfico 2. Expectativa de desligamentos por área no Grupo Eletrobras, 2022.



Fonte: Eletrobras – apresentação aos sindicatos (31/10/22)





Qual o impacto dessas demissões nas condições de segurança do trabalho e das instalações de geração e transmissão do setor elétrico?

De acordo com o Módulo 6 de Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Elétrico Nacional da Aneel (PRODIST), as distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a informar periodicamente um conjunto de indicadores de segurança do trabalho e das instalações da rede de distribuição. Contudo, não se tem conhecimento dessa obrigatoriedade para as empresas dos segmentos de geração e transmissão de energia elétrica, caso da Eletrobras.

O que podemos observar desse processo açodado de desligamento para resultar em economia para empresa é um aumento na taxa de frequência de acidentes, este é o único indicador com informação divulgada de forma contínua nos relatórios anuais do Grupo Eletrobras de 2018 a 2021. Na contramão da economia, a Diretoria da Eletrobras aumentou o salário dos diretores de R\$ 52.300,00 para R\$ 360mil, e a remuneração dos conselheiros de R\$ 5.445,36 para R\$ 200mil.

Ainda, é possível verificar que os indicadores de segurança do trabalho registraram piora em todas as empresas. O número total absoluto de acidentes na CGTEletrosul mais que dobrou entre 2020 e 2021. Na Eletronorte, a taxa de gravidade dos acidentes passou de 11 para 96,2. Na Chesf, a mesma taxa aumentou de 23,4 para 97, e em Furnas de 20 para 62,2. Estes dados constam nos relatórios de administração da Eletrobras nos anos de 2020 e 2021.

Preocupa ainda os dados que não aparecem nos relatórios, que são os números de doenças ocupacionais advindos de estresse e sobrecarga de trabalho. No relatório da Chesf por exemplo, é citado que, em decorrência dos sucessivos planos de demissão voluntária, sem previsão de reposição do quadro de pessoal, a análise de tendências comportamentais aplicadas às equipes utilizando a metodologia do *Personal Development Assessment* (DPA) aponta um indicador que mede a sobrecarga de trabalho.

É sabido que trabalhadores e trabalhadoras que exercem atividades essenciais, como é o caso do sistema elétrico, especificamente o Sistema Eletrobras, necessitam seguir algumas normativas de segurança mínimas que preservem a saúde do trabalhador, bem como a prestação de serviço. A falta de transparência no cumprimento destas normas, levanta mais





CÂMARA DOS DEPUTADOS



uma dúvida: qual a qualidade no trabalho para garantir o abastecimento de energia ao Brasil?

Recentemente, a Eletrobras contratou consultoria para seleção de quadros técnicos, no entanto, devido ao enviesamento político da seleção a mesma acabou por ser suspensa. E mesmo que prosseguisse, o tempo médio de formação de um técnico neste setor é em torno de 12 anos, ou seja, o sistema elétrico brasileiro continua exposto à falta de mão de obra qualificada na Eletrobras devido à nova forma de gestão privada da empresa. Enquanto isso, a União segue sendo a garantidora de toda e qualquer situação que porventura essa gestão possa causar.

Para garantir a segurança dos trabalhadores que mantêm o Brasil ligado, é fundamental entender o que está se passando na dita nova Eletrobras.

Para tanto, solicitamos a aprovação deste requerimento de audiência pública.

Sala da Comissão, de abril de 2023.

Deputado Airton Faleiro
PT/PA

Deputada Érika Kokay
PT/DF





Requerimento **(Do Sr. Airton Faleiro)**

Requer a realização de Audiência Pública, na Comissão de Trabalho, com o objetivo de debater as demissões na Eletrobras e seus impactos na segurança do trabalho e nas instalações de geração e transmissão de energia elétrica no Brasil

Assinaram eletronicamente o documento CD238356566000, nesta ordem:

- 1 Dep. Airton Faleiro (PT/PA) - Fdr PT-PCdoB-PV
- 2 Dep. Erika Kokay (PT/DF) - Fdr PT-PCdoB-PV

